

UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM SOBRE OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA EM DOIS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO: ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA E EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Camila Campos de Lara Jakimiu[1]

Círculo de Saber 13: Questão agrária e disputas territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas

Resumo: Parte-se do pressuposto que o livro didático deve dialogar com a realidade material sem apresentar neutralidade, sendo instrumento para colaborar na práxis de uma educação transformadora que reconhece e busca combater a injustiça ambiental e as desigualdades em todos os seus sentidos. Portanto, o artigo busca analisar a abordagem sobre os conflitos socioambientais na Amazônia em dois livros didáticos de Geografia do 7º ano: Araribá mais Geografia e Expedições Geográficas, ambos publicados em 2018. No que diz respeito à metodologia, trata-se da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a do Ensino de Geografia e da Educação do/no Campo. Utiliza-se a pesquisa documental e toma como objeto de análise os livros didáticos citados. Do estudo realizado foi possível constatar que o livro Araribá mais Geografia apresentou uma perspectiva acrítica e neutra em relação aos conflitos socioambientais na Amazônia, pois mesmo citando determinadas questões relevantes não houve maior aprofundamento teórico e um posicionamento claro que especificasse quem são os responsáveis pelos processos expropriatórios. Em contrapartida, o livro Expedições Geográficas apresentou uma perspectiva crítica de reconhecimento das injustiças ambientais, a partir de um texto posicionado que responsabiliza os atores hegemônicos pelos processos expropriatórios.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais na Amazônia; Livro didático Araribá mais Geografia; Livro didático Expedições Geográficas.

Introdução

Parte-se do pressuposto que os conflitos socioambientais materializados na Amazônia resultam das práticas coloniais e expropriatórias estabelecidas principalmente pelo modelo de campo do agronegócio e pela mineração, fruto do problema histórico e estrutural da questão agrária brasileira que, por sua vez, faz parte do modelo de exploração extrativista na América Latina, voltado à exportação de *commodities* (mercadorias). Neste sentido, os conflitos socioambientais demonstram que as lutas ancestrais por terra e território, como dos povos do campo, das águas e

[1] Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: camila.jakimiu@yahoo.com



das florestas, estão centradas na defesa do comum, da biodiversidade, da natureza, enfim, da vida.

A partir de uma concepção de natureza enquanto mercadoria, os atores hegemônicos representados pela burguesia agrária (Barros, 2018), isto é, setores que estão articulados à produção agrícola direta como “bancos, conglomerados de empresas, transnacionais, agroindústrias, grupos econômicos em plena conexão de diferentes capitais, em âmbito regional, nacional e internacional” (Barros, 2018, p. 186), produzem injustiça ambiental (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009) e destroem territórios e territorialidades dos povos do campo, das águas e das florestas.

No contexto da Amazônia, Malheiro (2021, p. 189) aponta que o ideário de desenvolvimento encontrou nos Grandes Projetos como na mineração e no agronegócio um mecanismo que expropria a diversidade regional em nome do progresso prometido pelo Estado, que junto com as grandes corporações, “transforma o território amazônico em um receptáculo de uma nova densidade técnica e de uma nova densidade normativa, numa operação de homogeneização que ignora a vida dos povos amazônidas”.

A título de exemplo, o garimpo ilegal avança na região há anos, mas desde 2020 aumentou substancialmente na terra indígena Yanomami, matando estes povos pela contaminação de mercúrio, utilizado na exploração de ouro. Trata-se de uma violação dos direitos humanos que envolve a invasão dos territórios indígenas demarcados e a destruição da natureza que para estes povos define sua existência material e simbólica. Além disso, muitos são submetidos ao trabalho análogo à escravidão e à prostituição, em um contexto de exploração da vida humana em todas as suas dimensões.

Esta colonialidade (Quijano, 2005) produz territórios corporativos de exceção, sacrifício e indiferença (Cruz; Malheiro, 2009) onde o ecocídio e o genocídio dos povos indígenas são consequências do avanço do capital, que tem como chave de acumulação a intensificação exponencial da violência sobre as condições materiais e simbólicas da soberania dos povos (Aráoz, 2016).

Neste sentido, é fundamental que o livro didático de Geografia aborde de forma crítica os conflitos socioambientais na Amazônia, tendo em vista a importância



de considerar a Educação do e no Campo e a diversidade de sujeitos(as) que a constroem no âmbito da educação escolar, os(as) quais,

> ...possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, gêneros, raças e etnias diferenciadas, e que ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, aos conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas com princípios agroecológicos e estratégias solidárias, vão recriando suas pertenças, reconstruindo sua identidade na relação com a natureza, com o trabalho e a cultura (Silva, 2009, p. 74-75).

Além disso, deve ser ferramenta para elucidar a existência concreta de concepções divergentes de natureza nesta região: uma natureza enquanto mercadoria para aqueles que a exploram e uma natureza enquanto base material e simbólica para aqueles que dela vivem. Para tanto, é necessário que o livro didático dialogue com a realidade material e não apresente neutralidade, sendo instrumento para colaborar na práxis de uma educação transformadora que reconhece e busca combater a injustiça ambiental e as desigualdades em todos os seus sentidos.

Metodologia

Quanto aos aspectos metodológicos, adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a do Ensino de Geografia e da Educação do/no Campo. Utiliza-se a pesquisa documental (Cellard, 2008) que possui como base empírica o documento, o qual permite a pesquisa acerca da atividade humana em uma determinada época. Neste sentido, o estudo toma como objeto de análise o livro didático Araribá mais Geografia (2018) do 7º ano e o livro didático Expedições Geográficas (2018) do 7º ano.

A abordagem sobre os conflitos socioambientais na Amazônia em dois livros didáticos

A abordagem sobre os conflitos socioambientais na Amazônia no livro didático Araribá mais Geografia (2018) do 7º ano está na Unidade IV “Região Norte” no capítulo 10 intitulado “Território e sociedade” e no capítulo 11 intitulado “Questões socioambientais e desenvolvimento sustentável”:



QUADRO 1 - ABORDAGEM SOBRE OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA 7º ANO

Tema	Definição
Extrativismo	Atualmente, o extrativismo predatório da madeira para uso comercial acarreta problemas ambientais, como o desmatamento. Também há a exploração comercial da castanha-do-pará (ou castanha-do-brasil). (p. 119).
Biopirataria	Compreende a apropriação de conhecimentos e atividades de exploração, manipulação e comercialização de recursos biológicos de comunidades de agricultores e indígenas por indivíduos ou instituições, com o objetivo de obter controle exclusivo desses recursos e saberes (p. 119).
Relevo e extrativismo mineral	A formação da região é bastante complexa, composta de imensas jazidas minerais, nas quais se instalaram **diversos projetos de exploração** desde meados do século XX, **quando essa atividade ganhou destaque no quadro econômico**. O subsolo é rico em minérios e conta com grandes reservas – a reserva de ferro da região é considerada a maior do mundo [...] A diversidade e a importância econômica dessas reservas minerais **têm atraído investimentos do mundo todo. Nessa região, há exploração de minérios**, como: ferro: extraído principalmente na Serra dos Carajás, no Pará, é destinado predominantemente ao mercado internacional – o Brasil é um grande exportador desse minério; manganês: esgotado na Serra do Navio, mas encontrado na Serra dos Carajás; bauxita: concentra-se na Serra de Oriximiná, no Pará. (p. 121).
Projeto Grande Carajás	Em 1980, **o governo federal criou o Projeto Grande Carajás. Além da exploração mineral na região, esse projeto incluía a construção de estradas e de uma ferrovia para escoar os minérios e a construção da hidrelétrica de Tucuruí**, no Pará, para geração de energia. **A exploração dos recursos em Carajás é gerenciada pela companhia Vale** (antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada). Nos últimos anos, houve investimentos para a expansão do terminal marítimo de Ponta da Madeira e a ampliação da Estrada de Ferro Carajás. Em 1998, foi criada a Floresta Nacional de Carajás (Flona), Unidade de Conservação que visa à **exploração sustentável dos recursos naturais**. Em 2016, a Vale inaugurou, em Carajás, o Complexo S11D, com previsão de capacidade para processar 90 milhões de toneladas de ferro por ano. (p. 122).
Arco do desmatamento	Os maiores índices de desmatamento da Amazônia concentram-se nas margens sul e leste da Amazônia Legal, do Maranhão ao Acre, no chamado arco do desmatamento. **A agropecuária** tem avançado em direção ao norte do estado do Amazonas, onde se encontram grandes áreas intactas de floresta (p. 130).
Expansão da agropecuária	Parte da Floresta Amazônica foi devastada para abrir espaço para as atividades agropecuárias, principalmente para os pastos destinados à criação extensiva de gado. Os rebanhos bovinos na Amazônia Legal se concentram predominantemente na mesma faixa do arco do desmatamento. Isso ocorre porque o solo amazônico não é fértil para a atividade agrícola e, para realizar essa prática, depende muitas vezes do **apoio da biotecnologia e de técnicas agrícolas avançadas para trazer resultados interessantes ao agronegócio** (p. 131).
Hidrelétricas	Com o objetivo de ampliar a produção de energia no país e **promover o desenvolvimento da Região Norte, nas últimas décadas foram construídas hidrelétricas** nos rios da Bacia do Amazonas. Entretanto, essas obras foram alvo de críticas devido aos impactos socioambientais decorrentes de sua implantação (p. 132).
Reservas extrativistas (RESEX)	Para preservar os recursos da Floresta Amazônica foram criadas reservas extrativistas – áreas pertencentes à União, nas quais é permitida a exploração comercial por um número restrito de famílias.

FONTE: Coleção Araribá mais Geografia 7º ano (2018). Organizado pela autora (2025).



Foi possível identificar uma perspectiva acrítica e neutra em relação aos conflitos socioambientais na Amazônia, pois mesmo citando determinadas questões relevantes não houve maior aprofundamento teórico e um posicionamento claro que especificasse quem são os responsáveis pelos processos expropriatórios. Como exemplos concretos menciona: 1) a existência de jazidas minerais e de projetos de exploração na região desde o século XX que “atrai investimentos do mundo todo”, mas não questiona este modelo e as consequências destes projetos nos territórios de vida; 2) a criação do Projeto Grande Carajás gerenciada pela empresa Vale, “enaltecendo” a construção de estradas e da ferrovia para escoar os minérios sem tratar do impacto territorial deste megaprojeto para as comunidades da região; 3) que a expansão agropecuária tem avançado em direção ao norte do Amazonas, sem “responsabilizar” o agronegócio e ainda supervalorizar este modelo quando afirma a importância do “apoio da biotecnologia e de técnicas agrícolas avançadas para trazer resultados interessantes ao agronegócio”; e, 4) que as hidrelétricas foram construídas nos rios da Bacia do Amazonas para “promover o desenvolvimento da Região Norte”, ocultando o impacto das construções de barragens nas comunidades e os crimes ambientais frequentemente denominados de acidentes.

Em contrapartida, o livro didático Expedições Geográficas (2018) do 7º ano apresenta um posicionamento crítico e contundente sobre os conflitos socioambientais na Amazônia. Tal perspectiva aparece já no início da Unidade 4 “Região Norte” no tópico 15 intitulado “Amazônia: conflitos, desmatamento e biodiversidade”, ressaltando que o mesmo é “uma oportunidade para trabalhar o pensamento crítico com os alunos, mostrando a eles a importância de se manter a floresta em pé devido à sua rica biodiversidade, entre outros motivos (Expedições Geográficas 7º ano, 2018, p. 134).

Também se situa no tópico 16 intitulado “Amazônia: o desenvolvimento sustentável”, cujo objetivo é considerar o “desenvolvimento ecologicamente sustentável, a importância da atuação de ONGs e a existência de unidades de conservação, como as Reservas Extrativistas (Resex)” (Expedições Geográficas 7º ano, 2018, p. 140).



QUADRO 2 - ABORDAGEM SOBRE OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS DO 7º ANO

Tema	Definição
Conflitos	[...] acentuaram-se os conflitos de interesses e de territorialidade, isto é, a disputa por territórios entre os grupos ou protagonistas sociais da Amazônia, **desfavorecendo, geralmente, os de menor poder político e econômico**, como os povos indígenas e a população ribeirinha. [...] Com a **entrada do grande capital**, o garimpeiro foi vencido pela empresa de mineração, e **o pequeno agricultor foi suplantado pela grande empresa rural ou pelo agronegócio. O trabalhador sem-terra foi submetido, muitas vezes, à condição de servidão, e o posseiro foi expulso de sua pequena roça. Grupos indígenas perderam suas erras ou aguardam até hoje a demarcação e a legalização delas. Madeireiros ilegais entraram em conflito com indígenas, posseiros, pequenos agricultores e povos da floresta**. Grileiros ocuparam terras públicas, onde poderiam ser assentadas famílias de sem-terra. Alguns interessados nas terras chegavam a contratar pistoleiros para assassinar quem se opunha a seus interesses. A atividade de compra e venda de terras tanto enriqueceu pessoas como ocasionou o desmatamento, com a consequente perda de biodiversidade, acompanhada de desequilíbrios ecológicos e destruição de ecossistemas (p. 134).
Desmatamento/Arco do desmatamento	Entre as causas históricas do desmatamento na Amazônia, podemos destacar **a expansão urbana, a exploração madeireira e a expansão da fronteira agropecuária**. Calcula-se que, desde a década de 1960 até os dias atuais, foram desmatados em torno de 700.000 km2 da Amazônia, cerca de 17% de sua cobertura florestal. Isso corresponde a uma área quase equivalente à dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará juntos. Na Amazônia Legal, o desmatamento é intenso em Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Pará, área denominada arco do desmatamento (p. 135-136).
Expansão da pecuária	A abertura de pastagens para a pecuária na Amazônia é responsável por 75% das áreas desmatadas, muitas delas de **forma ilegal**. Para combater esse problema, são realizadas campanhas e ações a fim de evitar a comercialização de gado oriundo de áreas desmatadas ilegalmente e aumentar a consciência da população sobre esse grave problema. (p. 136)
Biopirataria	A biopirataria consiste no **roubo de animais, plantas e conhecimentos tradicionais (principalmente das culturas indígenas) para fins de exploração comercial**, sem o consentimento ou controle do país de origem e das comunidades locais (p. 138).
Organizações não governamentais (ONGs)	A fim de combater a crescente destruição ambiental, causada por esse **modelo de desenvolvimento predatório**, a sociedade se organizou em grupos, dando origem aos **movimentos ambientalistas**. Desses movimentos, nasceram as organizações não governamentais (ONGs), caracterizadas como organizações formadas por pessoas da sociedade civil, sem a participação dos governos dos países onde elas atuam. Os objetivos das ONGs são amplos, e cada uma delas se dedica a determinada área de atuação (p. 140).
Reservas extrativistas (RESEX)	Desde a década de 1970, seringueiros e castanheiros se opõem à forma como a Amazônia vem sendo ocupada. Com o avanço da colonização na região, eles têm sido expulsos das áreas onde praticavam o extrativismo vegetal. Diante disso, decidiram se organizar e pressionar o governo federal para a criação de reservas extrativistas. Estas devem ser entendidas como **unidades de conservação da natureza (UC), legalmente instituídas pelo poder público para ser utilizadas por populações extrativistas tradicionais**. Na criação das reservas extrativistas, destacou-se a atuação do **seringueiro e líder sindical Chico Mendes**, que lutou por essa causa e foi assassinado em 1988 por aqueles que se opunham à criação das reservas, pois elas contrariavam seus interesses (p. 142).



Mapeamento colaborativo/ Etnocartografia	**Mapeamento da cultura e da história de um povo ou etnia**. Ela tem contribuído para que povos indígenas registrem e compartilhem informações sobre sua cultura, localizando-as nos territórios que tradicionalmente ocupam (p. 146).

FONTE: Expedições Geográficas 7º ano (2018). Organizado pela autora (2025).

Ocorre, portanto, o reconhecimento das injustiças ambientais causadas pelos conflitos socioambientais na Amazônia, evidenciadas a partir de um texto posicionado que responsabiliza os atores hegemônicos pelos processos expropriatórios. A título de exemplo, menciona: 1) as disputas territoriais entre os "protagonistas sociais da Amazônia" (indígenas, sem-terra, assentados, posseiros, ribeirinhos, pequenos agricultores, povos da floresta) e as empresas de mineração, ressaltando que elas desfavorecem "os de menor poder político e econômico"; 2) a prática da grilagem de terras públicas "onde poderiam ser assentadas famílias sem-terra"; 3) a violência contra os povos que vivem da floresta, a partir da contratação de "pistoleiros" para assassinar quem confronta os interesses dos atores hegemônicos que exploram a região; 4) o desmatamento causado pela exploração da madeira e expansão da fronteira agropecuária pelo agronegócio, ressaltando que a "abertura de pastagens para a pecuária na Amazônia é responsável por 75% das áreas desmatadas, muitas delas de forma ilegal".

Além disso, destaca a importância dos movimentos ambientalistas e das organizações não governamentais (ONGs), das reservas extrativistas (Resex) e do mapeamento colaborativo/etnocartografia no combate a destruição da natureza causado pelo "modelo de desenvolvimento predatório".

Considerações finais

Do estudo realizado foi possível constatar que o livro Araribá mais Geografia (2018) apresentou uma perspectiva acrítica e neutra em relação aos conflitos socioambientais na Amazônia, pois mesmo citando determinadas questões relevantes não houve maior aprofundamento teórico e um posicionamento claro que especificasse quem são os responsáveis pelos processos expropriatórios.

Em contrapartida, o livro Expedições Geográficas (2018) apresentou uma perspectiva crítica de reconhecimento das injustiças ambientais, a partir de um texto



posicionado que responsabiliza os atores hegemônicos pelos processos expropriatórios.

A Educação do/no Campo se opõe frontalmente ao modelo de campo do agronegócio, da mineração, do latifúndio e da concentração de terras e defende um projeto de sociedade com base na democracia e na justiça social, a partir da efetivação da reforma agrária popular, da demarcação de terras indígenas, da expansão e investimento na agricultura de base camponesa, na erradicação do trabalho escravo no campo e nas lutas contra o racismo, o machismo e a LGBTI+fobia. Neste sentido, é papel do(a) educador(a) de Geografia que atua nos territórios do campo e da cidade, no âmbito da educação escolar, abordar o tema de forma crítica e contundente, sendo os materiais utilizados como os livros didáticos, ferramentas potencializadoras para este fim.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARÁOZ, H. O debate sobre o extrativismo em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA 7º ANO. Manual do professor. DELLORE, Cesar Brumini (Org). 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

BARROS, I. F. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária**: considerações da luta de classes no campo. Serviço Social e Sociedade, n. 131. São Paulo, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. Et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRUZ, V. C.; MALHEIRO, B. C. **Geo-grafias dos grandes projetos de desenvolvimento**: territorialização de exceção e governo bio/necropolitico do território. Revista Geographia, vol. 21, n.46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/30317> Acesso em: 23 jun. 2025.

EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS 7º ANO. Manual do professor. ADAS, Melhem. 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018.



MALHEIRO, B. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em r-existência à mineração na Amazônia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 188–205, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70201> Acesso em: 23 jun. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, M. S. **As Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo**: a escola na vida e a vida como escola. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3710?mode=full> Acesso em: 23 jun. 2025.